

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

**MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES RODRIGUES**

Gerente Contábil / IPEM/RO  
TC/CRC: 004846/O-5

**FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE**

Presidente IPEM/RO  
Matricula: 3000172125

Protocolo 0046640049

**FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E À PESQUISA - FAPERO****BALANÇO****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023****ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS E NOTAS EXPLICATIVAS****FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA - FAPERO****DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Declaro que as Demonstrações contábeis constantes do Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320/1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 17, de acordo com a manifestação técnica nos autos do Processo Sei nº 0088.000082/2024-55, relativas ao exercício de 2023, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERO.

Porto Velho, 01 de Março de 2024.

**Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

CRC-RO 0004085/O-0

**1. CONTEXTO GERAL**

A Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, conforme art. 55, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, inscrita sob o CNPJ 15.519.525/0001-05, integra o Poder Executivo na esfera Estadual, domiciliada à Avenida Presidente Dutra, nº 3004, Bairro Caiari, em Porto Velho – RO.

A instituição foi criada através da Lei nº 2.528, de 25 de Julho de 2011, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento das ações científicas e tecnológicas e a pesquisa do Estado, através das seguintes ações: apoiar, com ideias, práticas e iniciativas de ciência e tecnologia, as estratégias de desenvolvimento de Rondônia; formular e gerir a política de recursos humanos em ciência e tecnologia e o apoio à pesquisa científica e tecnológica, à luz da estratégia de desenvolvimento do Estado; e identificar, adaptar e transferir, sobretudo para as pequenas e médias empresas, agrícolas ou industriais, a tecnologia requerida pela estratégia de desenvolvimento de Rondônia. Atualmente encontra-se vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC (Art. 55, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017).

**MISSÃO:** Fomentar e induzir a pesquisa e a inovação tecnológica do Estado de Rondônia.

**VISÃO:** Ser reconhecida como o principal agente de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico no Estado de Rondônia.

**VALORES:** Primar em todas as suas ações por credibilidade, transparência, agilidade, qualidade, mérito e inovação.

As atividades desenvolvidas pela Unidade Gestora estão amparadas pela Lei Orçamentária Anual nº 5.527, de 6 de janeiro de 2023, publicada no DOE/RO Edição Suplementar nº 4.2, de 6 de janeiro de 2023, agrupadas nas seguintes Ações:

- Ações 2087 – Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade; 2091 – Atender a Servidores com Auxílios e 2234 – Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos, Ações estas que se encontram vinculadas ao Programa de Trabalho 1015 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO; e
- Ação 2086 – Fomentar as Ações de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação, vinculada ao Programa finalístico 2086 – C & T E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, criado com o objetivo de contribuir para o aumento da competitividade do Estado, a redução da desigualdade intra e inter-regional, a preservação do meio ambiente e o combate à pobreza por meio do desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento e da atuação estratégica, coordenada e planejada dos atores de CT&I, com uma visão de médio a longo prazo, preparando Rondônia para enfrentar os desafios atuais e futuros que se apresentam em uma sociedade cada vez mais conectada e pautada no conhecimento.

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### 2.1 Base de Mensuração

As Demonstrações Contábeis da unidade gestora foram elaboradas em consonância com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCAPS), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

As práticas contábeis adotadas encontram-se estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) Estendido, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicada a todos os órgãos e entidades do Estado de Rondônia, que realizaram no exercício de 2023, a escrituração contábil através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO.

Através da Portaria nº 278/COGES, de 20 de dezembro de 2023, foi aprovado a 7ª edição dos Manuais de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-SEFIN-RO, disponibilizados através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br>, com o objetivo de oferecer aos profissionais de contabilidade pública e agentes responsáveis pelo patrimônio público, um roteiro normatizado de análise, verificação, certificação das demonstrações

contábeis e emissão de notas explicativas que devem ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia. Sendo este utilizado para análise e emissão dos demonstrativos através do Sistema de Planejamento Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

**2.1.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**2.1.2 Disponibilidades:** as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

**2.1.3 Créditos e Obrigações:** os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas e resultado.

**2.1.4 Estoques:** os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

**2.1.5 Imobilizado:** o Ativo Imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

**2.1.6 Depreciação, Amortização e Exaustão:** Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cujo apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do E-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.

**2.1.7 Reavaliação e redução ao valor recuperável:** Ao analisar, na data das demonstrações contábeis, a necessidade de se proceder a reavaliação de todos os itens da mesma classe do ativo, aplica-se o lançamento a crédito diretamente à conta de reserva de reavaliação, quando o valor contábil da classe do ativo aumentar, todavia o aumento é reconhecido no resultado do período quando se tratar da reversão de decréscimo por reavaliação da classe do ativo anteriormente reconhecimento no resultado. Se o valor contábil diminuir, decorrente da reavaliação, essa diminuição é reconhecida no resultado do período. Porém, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo é debitada diretamente à reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação referente àquela classe de ativo. Quanto a redução do valor recuperável avalia-se se há indicação de perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. Caso o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil é adotado os procedimentos específicos em norma para ajustá-lo.

**2.1.8 Restos a Pagar:** Os Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou não canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente, estes são classificados em: processados (despesas já liquidadas); e não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). O Estado de Rondônia adota para os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados. Os estágios de execução dessas despesas ocorrem no exercício seguinte, e o controle é efetuado em contas com informações de natureza orçamentária. Havendo tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos ente o exercício financeiro que se encerra e o que inicia, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição.

**2.1.9 Retenções:** Rondônia adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

**2.1.10 Distinção entre circulante e não circulante:** A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução dos recursos.

**2.1.11 Apuração de custos:** As atividades desenvolvidas foram refletidas em contas de controle, em estrito atendimento a NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

**2.1.12 Apuração do resultado:** Os resultados orçamentários e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

**2.1.13 Apuração do superávit/déficit financeiro:** Reflete a diferença positiva entre o Ativo Financeiro, que compreende os valores de numerário e os créditos realizáveis que independem de autorização orçamentária e o Passivo Financeiro, que abrange as obrigações exigíveis que independem de autorização orçamentária, podendo ser utilizado como fonte para abertura de Créditos Suplementares e Especiais.

**2.1.14 - Convergência às Normas Internacionais:** O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público teve como um dos marcos iniciais a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 15 de agosto de 2008, que determinou a STN o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência e detalhar as providências adotadas extra contabilmente a fim de realizar os registros contábeis.

Em 06 de setembro de 2017, foi publicada a Portaria n. 542/GAB/SEFIN que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos conforme a seguir apresentado:

Grupo	Subgrupo	PCP	Ações, Projetos e Atividades
1	1.1 e 1.2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa tributária, e respeito ajuste para perdas.	Roteiro Contábil nº 007/2022/COGES-R1 - Dívida Ativa Tributária e Não Tributária em consonância com a nova política contábil, que consiste no registro de estoque da Dívida, no sistema de Contabilidade, pela Procuradoria Geral do Estado. Resolução Conjunta nº 01/2022/PGE-GAB (PGE, COGES, SEFIN e CGE) - Dispõe sobre procedimentos operacionais visando a evidenciação contábil da Dívida Ativa Tributária e não Tributária do Estado de Rondônia.
2	2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Roteiro Contábil nº 005/2022/COGES - Fornecedores por Competência.
	5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.

	6	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Roteiro Contábil nº 001/2022/COGES - Ativos e Passivos Contingentes.
3	3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.
	11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionados à repartição de receitas.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação. Vale ressaltar que em relação as repartições de receita, conforme Instrução Normativa nº 001/SUPER/2013, as transferências passaram a ser deduções de receita.
4	4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competências decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias etc.)	Roteiro Contábil nº 002/2022/COGES - Contabilização do 13º e salário e férias. Nota Técnica nº 002/2022/COGES - Despesa com pessoal não executada orçamentariamente.
5	7	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	A Portaria Conjunta nº 2, de 16 de agosto de 2022 instituiu a comissão de revisão e padronização dos processos e procedimentos do sistema e-Estado, quanto aos módulos de almoxarifado e bens móveis. Encontra-se em fase de revisão e adequação da Instrução Normativa nº 005/2019/SEPAT - COCEN, que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos imobilizados e amortização dos intangíveis do Poder Executivo. Paralelamente a Contabilidade Geral esta atuando na confecção de Roteiro Contábil de Bens Móveis, abordando aspectos conceituais, bem como sua evidenciação no sistema SIGEF.
	13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.

	15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de Infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.
	16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.
	18	Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.
6	8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competências decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Procedimento finalizado para contabilização, conforme Memorando nº 7/2020/SEFIN-CCC, Processo SEI nº 0030.510208/2020-37
7	9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Roteiro Contábil nº 006/2022/COGES, em conformidade com a PC 14 - Procedimentos Contábeis relativo ao RPPS.
	12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários bem como dos respectivos encargos, multas ajustes para perdas	Roteiro Contábil nº 008/2020 - Contribuições Sociais por Competência.
8	10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Roteiro Contábil 001/2023/COGES - Investimentos permanentes.
9	14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação. Ademais, encontra-se na fase de mapeamento e idealização do módulo de Estoque, de acordo com o Ofício nº 854/2020/EPR DETICGDEV 001426992 anexado ao Processo Sei nº 0070.358168/2020-30.

10	17	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação - Roteiro Contábil nº 005/2022/COGES.
	19	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBCTSP e MCASP.	O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF encontra-se parametrizado sistemicamente, cabendo a Unidade Gestora a ação do devido reconhecimento, mensuração e evidenciação.

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis, são disciplinadas pela Contabilidade Geral do Estado - COGES, conforme os preceitos do art. 2º, da Lei Complementar nº 697, de 26 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021.

#### 4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES

O detalhamento de itens apresentados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 9ª Edição, está evidenciado na respectiva Nota Explicativa das seguintes peças:

- Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/1964; e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/1964.

## ESTADO DE RONDÔNIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	440.000,00	1.924.204,19	1.484.204,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	1.338.851,19	1.338.851,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	440.000,00	440.000,00	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	145.353,00	145.353,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	53.317,55	53.317,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	53.317,55	53.317,55
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	-	<b>440.000,00</b>	<b>1.977.521,74</b>	<b>1.537.521,74</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>440.000,00</b>	<b>1.977.521,74</b>	<b>1.537.521,74</b>
<b>DEFICIT (VI)</b>	-	-	<b>7.010.262,19</b>	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>440.000,00</b>	<b>8.987.783,93</b>	<b>1.537.521,74</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:56 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 1 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	558.818,76	208.182,32	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	558.818,76	208.182,32	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:56 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 2 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE  
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>8.513.298,00</b>	<b>11.303.496,31</b>	<b>8.718.031,94</b>	<b>6.776.645,54</b>	<b>5.595.528,41</b>	<b>2.585.464,37</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.850.344,00	1.761.671,62	1.739.366,00	1.739.366,00	1.721.056,87	22.305,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.662.954,00	9.541.824,69	6.978.665,94	5.037.279,54	3.874.471,54	2.563.158,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>	<b>93.000,00</b>	<b>547.319,65</b>	<b>269.751,99</b>	<b>269.751,99</b>	<b>148.155,99</b>	<b>277.567,66</b>
INVESTIMENTOS	93.000,00	547.319,65	269.751,99	269.751,99	148.155,99	277.567,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)</b>	<b>8.606.298,00</b>	<b>11.850.815,96</b>	<b>8.987.783,93</b>	<b>7.046.397,53</b>	<b>5.743.684,40</b>	<b>2.863.032,03</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Divida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Divida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)</b>	<b>8.606.298,00</b>	<b>11.850.815,96</b>	<b>8.987.783,93</b>	<b>7.046.397,53</b>	<b>5.743.684,40</b>	<b>2.863.032,03</b>
<b>SUPERAVIT (XIV)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>8.606.298,00</b>	<b>11.850.815,96</b>	<b>8.987.783,93</b>	<b>7.046.397,53</b>	<b>5.743.684,40</b>	<b>2.863.032,03</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:56 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 3 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

## EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	1.338.533,00	1.328.326,74	1.328.326,74	10.206,26	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	20.190,48	19.188,96	19.188,96	1.001,52	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.318.342,52	1.309.137,78	1.309.137,78	9.204,74	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	80.000,00	80.000,00	80.000,00	-	-
INVESTIMENTOS	-	80.000,00	80.000,00	80.000,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	1.418.533,00	1.408.326,74	1.408.326,74	10.206,26	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:56 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 4 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

## EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	120.886,14	120.886,14	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	57.566,88	57.566,88	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	63.319,26	63.319,26	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	120.000,00	120.000,00	-	-
INVESTIMENTOS	-	120.000,00	120.000,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	240.886,14	240.886,14	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:56 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 5 de 5

**NOTAS EXPLICATIVAS - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64**

O Balanço Orçamentário de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita efetivamente realizada e o saldo, o qual corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará ainda as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo de dotação.

Sob a ótica orçamentária, Rondônia adota o regime misto, ou seja, reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária no montante da arrecadação.

O sistema orçamentário é composto por três instrumentos de planejamento a Lei Orçamentária - LOA o Plano Plurianual - PPA e a Lei das Diretrizes Orçamentárias, no Estado de Rondônia foram definidos da seguinte forma:

**NOTA 1: ORÇAMENTO**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Lei nº 5.527, de 6 de janeiro de 2023, estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2023. Instrumento que viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizados pelo Estado em programas e ações cuja finalidade primordial é atender as necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e por força do princípio orçamentário da universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

**NOTA 2: ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

A LOA aprovou o orçamento programa da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERO, para o exercício financeiro de 2023, estimado na ordem de R\$ 8.606.298,00. Após alterações orçamentárias o valor passou a ser de R\$ 11.142.095,96, conforme demonstrado a seguir:

<b>Categoria Econômica</b>	<b>GND</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Descentralização de Crédito</b>
03 - Despesas Correntes	1- Pessoal e Encargos Sociais	1.850.344,00	1.761.671,62	-
	2 - Outras Despesas Correntes	6.662.954,00	8.833.104,69	708.720,00
04 - Despesas de Capital	4 - Investimentos	93.000,00	547.319,65	-
<b>Totais</b>		<b>8.606.298,00</b>	<b>11.142.095,96</b>	<b>708.720,00</b>

Fonte: SIGEF

### NOTA 3: SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A FAPERO é uma Fundação do Estado e não possui natureza de agente arrecadador, dependendo de recursos do Tesouro Estadual para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos, fato que gerou no exercício de 2023, déficit orçamentário na ordem de R\$ 7.010.262,19. Desequilíbrio compensado pelas transferências financeiras para execução orçamentária recebidas do Tesouro Estadual que totalizaram R\$ 11.419.423,69.

### NOTA 4: SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SUPERÁVIT FINANCEIRO

Do total das despesas executadas no ano de 2023, o valor de R\$ 208.182,32 foi custeado por meio de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro de exercício anterior, autorizado pelos Decretos nº 28.140, de 17 de maio de 2023 e 28.630, de 4 de dezembro de 2023 conforme detalhado a seguir:

<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Natureza</b>	<b>Autorizada</b>	<b>Empenhada</b>
2086	2.7.00.000001	33.90.14	20.890,00	17.070,80
2086	2.7.00.000001	33.90.20	111.692,00	-
2086	2.7.00.000001	33.90.33	18.000,00	15.357,14
2086	2.7.00.000001	33.90.36	49.000,00	-
2086	2.7.00.000001	33.90.39	5.370,00	-
2086	2.5.00.100001	33.90.20	150.000,00	124.283,01
2086	2.5.00.100001	33.90.33	13.407,11	8.315,38
2086	2.5.00.100001	33.90.39	140,00	-
2086	2.5.00.100001	44.90.52	46.319,65	43.155,99
2086	2.7.00.000001	44.90.52	144.000,00	-
<b>Totais</b>			<b>558.818,76</b>	<b>208.182,32</b>

Fonte: SIGEF-RO/DIVEPORT

### NOTA 5: SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Do total das despesas executadas no exercício de 2023, o valor de R\$ 440.000,00 foi custeada por meio de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação provenientes de Convênios, autorizado pelo Decreto nº 28.227, de 26 de junho de 2023, conforme detalhado a seguir:

<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Natureza</b>	<b>Autorizada</b>	<b>Empenhada</b>
2086	1.7.00.000001	33.90.20	440.000,00	364.629,94
<b>Totais</b>			<b>440.000,00</b>	<b>440.000,00</b>

Fonte: SIGEF/DIVEPORT

**NOTA 6: EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

Considera-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

Os Restos a Pagar são classificados em: Restos a Pagar Processado e Restos a Pagar Não Processados.

Conforme Balanço Orçamentário verifica-se o Cancelamento no valor de R\$ 10.206,26 (Dez mil, duzentos e seis reais e vinte e seis centavos) de Restos a Pagar **Não Processados** não liquidados.

**Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERO

CRC-RO 004085/O-0

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERO

Protocolo 0046614574

**BALANÇO****ESTADO DE RONDÔNIA****BALANÇO FINANCEIRO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>1.977.521,74</b>	<b>1.103.982,60</b>
<b>Ordinária</b>	<b>1.126.964,82</b>	<b>474.533,73</b>
<b>Vinculada</b>	<b>850.556,92</b>	<b>629.448,87</b>
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	289.354,81
Recursos Vinculados a Fundos	245,21	-
Recursos Vinculados a Convênios	637.970,73	340.094,06
Outras Vinculações de Recursos	212.340,98	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>11.666.103,34</b>	<b>8.908.064,81</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	11.419.423,69	5.865.733,30
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	246.679,65	3.042.331,51
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>9.493.342,37</b>	<b>4.972.201,99</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.941.386,40	1.418.533,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.302.713,13	240.886,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.249.242,84	3.312.782,85
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>2.964.999,00</b>	<b>4.616.767,86</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	2.964.999,00	4.616.767,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>26.101.966,45</b>	<b>19.601.017,26</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:46 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 1 de 3

## ESTADO DE RONDÔNIA

## BALANÇO FINANCEIRO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>8.987.783,93</b>	<b>9.001.942,06</b>
<b>Ordinária</b>	<b>7.923.406,05</b>	<b>7.937.772,98</b>
<b>Vinculada</b>	<b>1.064.377,88</b>	<b>1.064.169,08</b>
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-	-
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	460.536,00
Recursos Vinculados a Fundos	667.320,00	-
Recursos Vinculados a Convênios	397.057,88	603.633,08
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>3.600.756,47</b>	<b>2.810.176,12</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	3.600.756,47	2.810.176,12
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>5.422.710,82</b>	<b>4.823.900,08</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.408.326,74	2.149,38
Pagamento de Restos a Pagar Processados	240.886,14	1.336.311,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.773.497,94	3.485.438,89
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>8.090.715,23</b>	<b>2.964.999,00</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	8.090.715,23	2.964.999,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>26.101.966,45</b>	<b>19.601.017,26</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:46 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 2 de 3

## ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE  
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita	Deduções	Saldo (c) = (a - b)	Receita	Deduções	Saldo (f) = (d - e)
	Orçamentária (a)	Receita Orçamentária (b)		Orçamentária (d)	Receita Orçamentária (e)	
<b>Ordinária</b>	<b>1.126.964,82</b>	-	<b>1.126.964,82</b>	<b>474.533,73</b>	-	<b>474.533,73</b>
<b>Vinculada</b>	<b>850.556,92</b>	-	<b>850.556,92</b>	<b>629.448,87</b>	-	<b>629.448,87</b>
Recursos Diretamente Arrecadados p/Entidade	-	-	-	289.354,81	-	289.354,81
Recursos Vinculados a Fundos	245,21	-	245,21	-	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	637.970,73	-	637.970,73	340.094,06	-	340.094,06
Outras Vinculações de Recursos	212.340,98	-	212.340,98	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.977.521,74</b>	-	<b>1.977.521,74</b>	<b>1.103.982,60</b>	-	<b>1.103.982,60</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:46 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 3 de 3

## NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

O Balanço Financeiro, segundo a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 103, demonstra as Receitas e Despesas orçamentárias, bem como os recebimentos (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de natureza EXTRAORÇAMENTÁRIAS, conjugados com os saldos de DISPONIBILIDADES do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte.

## NOTA 1: COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o demonstrado no Balanço Financeiro apresentamos a composição da receita orçamentária, que compreende o somatório dos valores relativos às receitas realizadas, líquidas das respectivas deduções, detalhada por fonte de recursos:

- Composição da Receita Orçamentária

CONTA	VALOR (R\$)
Receita Realizada - 6.2.1.2.0.00.00	1.977.521,74
(-) Dedução da Receita Realizada - 6.2.1.3.00.00	-
<b>Total</b>	<b>1.977.521,74</b>

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

- Detalhamento da composição por Fonte/Destinação

Conta	Fonte de Recursos	Saldo em 31/12/2023 (R\$)
1321010100	1.500.0.00001 - Recursos Não Vinculados de Imposto	314.352,94
1321010100	1.500.1.00001 - Rec. Não Vinculados de Imposto (Contrapartida)	636.375,58

1321010100	1.501.0.00001 - Outros Recursos Não Vinculados	71.744,68
1321010100	1.700.0.00001 - Convênios Federais	160.042,67
1321010100	1.759.0.08005 - Recursos Destinados ao FEPRAM	245,21
1321010100	1.899.0.00001 - Convênios Estaduais	156.090,11
1717990100	1.700.0.00001 - Convênios Federais	440.000,00
1922063100	1.500.0.00001 - Recursos Não Vinculados de Imposto	56.192,17
1922063100	1.500.1.00001 - Rec. Não Vinculados de Imposto (Contrapartida)	45.271,44
1922063100	1.501.0.00001 - Outros Recursos Não Vinculados	923,99
1922063100	1.700.0.00001 - Convênios Federais	32.667,68
1922063100	1.899.0.00001 - Convênios Estaduais	10.297,72
2491990100	1.500.1.00001 - Rec. Não Vinculados de Imposto (Contrapartida)	2.104,02
2491990100	1.700.0.00001 - Convênios Federais	5.260,38
2491990100	1.899.0.00001 - Convênios Estaduais	45.953,15
	<b>TOTAL</b>	<b>1.977.521,74</b>
Fonte	SIGEF/RO	

**NOTA 2: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA RECEBIDAS E CONCEDIDAS****2.1 - Transferências Recebidas**

Transferências Financeiras no valor de R\$ 11.666.103,34 recebidas do Tesouro Estadual para execução orçamentária, conforme a seguir demonstrado:

Conta	31/12/2022	31/12/2023
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	5.865.733,30	11.419.423,69
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	3.042.331,51	246.679,65
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
<b>Total</b>	<b>8.908.064,81</b>	<b>11.666.103,34</b>

Fonte: SIGEF/RO

**2.2 - Transferências Concedida**

Transferências financeiras para a SEFIN para regularizações diversas (folha de pagamento, devolução de saldos e outros ajustes).

Conta	31/12/2022	31/12/2023
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	2.810.176,12	3.600.756,47
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
<b>Total</b>	<b>2.810.176,12</b>	<b>3.600.756,47</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO

**NOTA 3: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como: ingressos de recursos relativos a consignações/retenções em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; inscrição de restos a pagar, depósitos restituíveis e valores vinculados, ajustes de exercícios anteriores.

Ressalta-se que de acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/64, os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão da despesa orçamentária.

Restos a Pagar compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício corrente.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados correspondem aos valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo. O Estado adota a política contábil considerando a "Retenção" como paga apenas na baixa da obrigação.

Haveres financeiros - Valores em Trânsitos compreende o somatório dos valores contabilizados indevidamente em conta bancária, guia de recebimento e ordens bancárias emitidas a compensar.

Ajustes de Exercícios Anteriores registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, desde que tal ajuste tenha como contrapartida o grupo de caixa e equivalente de caixa e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes:

Conta	31/12/2022	31/12/2023
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.418.533,00	1.941.386,40
Inscrição de Restos a Pagar Processado	240.886,14	1.302.713,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.312.782,85	6.249.242,84
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
<b>Total</b>	<b>4.972.201,99</b>	<b>9.493.342,37</b>

Fonte: SIGEF/RO

#### NOTA 4: DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Compreende o somatório dos valores referentes aos créditos orçamentários empenhados por origem de recursos:

- Composição da Despesa Orçamentária

Conta	Título	Valor (R\$)
6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	1.941.386,40
6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	-
6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	1.302.713,13
6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	5.743.684,40
6.2.2.1.3.05.00	Crédito Empenhado a Liquidar Inscrito em RP Não Processado	-
6.2.2.1.3.07.00	Empenhos Liquidados Inscritos em RP Processados	-
<b>Total</b>		<b>8.987.783,93</b>

Fonte: SIGEF/RO

- Detalhamento da composição por Fonte/Destinação

Fonte de Recursos	Saldo em 31/12/2023 (R\$)
1.500.0.00001 - Recursos Não Vinculados de Imposto	4.335.459,36
1.500.0.07010 - Transferência Oriunda de Emenda Parlamentar	450.000,00
1.500.0.07014 - Transferência Oriunda de Emenda Parlamentar	85.000,00
1.500.0.07051 - Transferência Oriunda de Emenda Parlamentar	1.000.000,00
1.500.0.07053 - Transferência Oriunda de Emenda Parlamentar	49.500,00
1.500.1.00001 - Recursos Não Vinculados de Imposto (Contrapartida)	1.527.372,31
1.501.0.00001- Outros Recursos Não Vinculados	300.320,00
1.700.0.00001 - Convênios Federais	364.629,94
1.759.0.08005 - Recursos Destinados ao FEPRAM	667.320,00
2.500.1.00001 - Recursos Não Vinculados a Imposto (Contrapartida)	175.754,38
2.700.0.00001 - Convênios Federais	32.427,94
<b>TOTAL</b>	<b>8.987.783,93</b>

Fonte: SIGEF/RO

**NOTA 5: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

Os pagamentos extraorçamentários que correspondem aos Restos a Pagar Processados e Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores em Trânsito, não se submetem ao processo de execução orçamentária e totalizam o valor de R\$ 5.422.710,82, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Conta</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	2.149,38	1.408.326,74
Pagamento de Restos a Pagar Processados	1.336.311,81	240.886,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.485.438,89	3.773.497,94
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Total</b>	<b>4.823.900,08</b>	<b>5.422.710,82</b>

Fonte: SIGEF/RO

**Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERO

CRC-RO 004085/O-0

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERO

Protocolo 0046617146

**BALANÇO**

## ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.090.715,23	2.964.999,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.263.133,90	9.056.266,00
ESTOQUES	36.985,91	45.454,19
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>19.390.835,04</b>	<b>12.066.719,19</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
IMOBILIZADO	932.167,29	819.536,01
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>932.167,29</b>	<b>819.536,01</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.323.002,33</b>	<b>12.886.255,20</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.309,13	58.792,82
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.284.404,00	183.319,26
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.478.112,35	2.367,45
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.780.825,48</b>	<b>244.479,53</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
DEMAIS RESERVAS	-	59.648,18
RESULTADOS ACUMULADOS	16.542.176,85	12.582.127,49
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.542.176,85</b>	<b>12.641.775,67</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.323.002,33</b>	<b>12.886.255,20</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**ESTADO DE RONDÔNIA****BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	8.090.715,23	2.964.999,00
Ativo Permanente	12.232.287,10	9.921.256,20
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>20.323.002,33</b>	<b>12.886.255,20</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	5.722.211,88	1.661.786,59
Passivo Permanente	-	1.225,94
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>5.722.211,88</b>	<b>1.663.012,53</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>14.600.790,45</b>	<b>11.223.242,67</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**ESTADO DE RONDÔNIA****BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	303.577,97	303.577,97
Direitos Contratuais em Execução	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>303.577,97</b>	<b>303.577,97</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potencias Passivos	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**ESTADO DE RONDÔNIA****BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$		
QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
500 Recursos não Vinculados de Impostos.	1.130.835,88	586.165,53
501 Outros Recursos não Vinculados	67.366,76	-
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	705.584,27	464.671,42
899 Outros Recursos Vinculados	464.716,44	252.375,46
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>2.368.503,35</b>	<b>1.303.212,41</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade  
Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:46 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 4 de 4

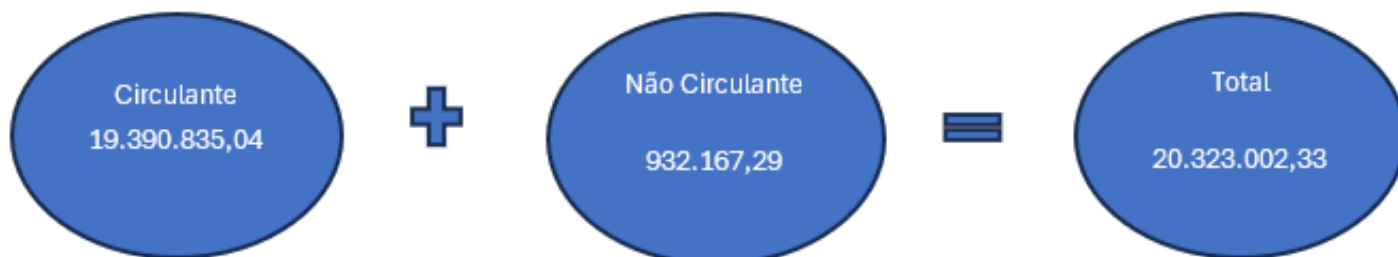
**NOTAS EXPLICATIVAS - BALANÇO PATRIMONIAL - Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64**

O Balanço Patrimonial de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, entre outros.

No exercício de 2023, o Balanço Patrimonial apresentou no seu Ativo Total um valor de R\$ 20.323.002,33 (vinte milhões, trezentos e vinte e três mil, dois reais e trinta e três centavos), dividido em Ativo Circulante e Ativo não Circulante, conforme representado na Figura 1.

Figura 1: Representação do Ativo



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### NOTA 1: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de Caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, classificando como tal os investimentos com vencimento original de até três meses.

A unidade apresentou saldo em 31/12/2023 no valor de R\$ 8.090.715,23 (oito milhões, noventa mil, setecentos e quinze reais e vinte e três centavos), em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo apurado no Balanço Patrimonial, conforme segue:

Fonte	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
1500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	1.877.396,14	3.964.524,26
1501 - Outros Recursos Não Vinculados	0,00	67.366,76
1700 - Outras Transferências de Convênio - União	324.950,49	273.340,79
1869 - Outros Recursos Extraorçamentários	1.920,00	2.477.184,21
1899 - Outros Recursos Vinculados - Convênio Estadual	252.375,46	464.716,44
2500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	338.893,98	410.970,72
2700 - Outras Transferências de Convênio - União	169.462,93	432.612,05
<b>Total</b>	<b>2.964.999,00</b>	<b>8.090.715,23</b>

Fonte: SIGEF/RO

### NOTA 2: CONTA ÚNICA DO TESOURO

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

Segue, quadro demonstrativo do saldo financeiro disponível em 31/12/2023, nesta unidade orçamentária.

Unidade	Banco	TC	Fonte	Valor (R\$)
110033 - FAPERO	11111190100 - Banco do Brasil	U	1500	2.183.041,71
110033 - FAPERO	11111190100 - Banco do Brasil	U	1869	9.680,00
Total				2.192.721,71

Fonte: SIGEF/RO

### NOTA 3: CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis.

A conta de adiantamento concedidos representa os adiantamentos a servidores tais como, suprimento de fundos, diárias, antecipações de salários, assim como adiantamentos a terceiros, como fornecedores. Os créditos a curto prazo totalizaram o valor de R\$ 11.263.133,90 (onze milhões, duzentos e sessenta e três mil, cento e trinta e três reais e noventa centavos), conforme detalhamento a seguir:

Conta	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
Suprimento de Fundos	10.000,00	0,00
Adiantamento Diversos Concedidos	9.046.266,00	11.263.133,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - a Receber	-	-
<b>Total</b>	<b>9.056.266,00</b>	<b>11.263.133,90</b>

Fonte: SIGEF/RO

**NOTA 4: ESTOQUES**

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

A conta de Estoques apresentou ao final do exercício o saldo de R\$ 36.985,91, demonstrado a composição dos valores conforme tabela a seguir:

<b>CONTA CONTÁBIL 11561010000 - MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Cod. 07 - Gêneros Alimentícios	3.368,49	2.716,26
Cod. 15 - Material para Festividades e Homenagens	4.623,55	3.594,43
Cod. 16 - Material de Expediente	9.470,96	9.470,96
Cod. 17 - Material de Processamento de Dados	14.371,20	13.931,30
Cod. 22 - Material de Limpeza e Prod de Higieniz	12.056,49	5.709,46
Cod. 36 - Material Hospitalar	-	-
Cod. 99 - Outros Materiais de Consumo	1.563,50	1.563,50
<b>Total</b>	<b>45.454,19</b>	<b>36.985,91</b>

Fonte: SIGEF/RO

**NOTA 5: IMOBILIZADO**

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A elaboração do inventário físico que permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico do acervo patrimonial dessa Unidade foi realizado pela comissão inventariante, composta pelos servidores Juliane Silva de Souza, Acácio Guilherme Pina Machado, Yram Damasceno de Lucena Alves, Sérgio Gondim Leite, Odair Nogueira da Silva e Raíza Carine Dais Carvalho, cujas atividades foram desenvolvidas no período de Junho a Dezembro/2023, ao recepcionar o inventário o Núcleo de Contabilidade analisou e realizou os devidos lançamentos, correspondendo aos valores constantes na tabela seguinte contabilizado no Ativo Imobilizado.

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2023				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INCORPORAÇÃO		BAIXA		
		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	AJUSTES	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DEPRECIACÃO ACUMULADA	
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>819.536,01</b>	<b>151.631,63</b>	-	-	<b>39.000,35</b>	<b>932.167,29</b>
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	425.961,38	1.285,64	-	-	1.218,72	426.028,30
Bens de Informática	30.455,13	150.123,39	-	-	5.109,11	175.469,41
Móveis e Utensílios	43.626,27	222,60	-	-	5.133,12	38.715,75
Materiais Culturais, Educ e de Comunicação	1.930,88	-	-	-	188,28	1.742,60
Veículos	317.562,35	-	-	-	27.351,12	290.211,23
<b>BENS IMÓVEIS</b>	-	-	-	-	-	-
						-

<b>TOTAIS</b>	<b>819.536,01</b>	<b>151.631,63</b>	-	-	<b>39.000,35</b>	<b>932.167,29</b>
---------------	-------------------	-------------------	---	---	------------------	-------------------

Fonte: SIGEF/RO

O imobilizado da unidade está demonstrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação e deduzidos de depreciação acumulada e perda.

Cumpra destacar que os ajustes foram efetuados levando em consideração as determinações trazidas pela Autoridade Contábil - COGES por meio do Roteiro Contábil de Procedimentos de Reavaliação do Patrimônio Público nº 005/SUPER/SEFIN/2019 e Procedimentos de Reavaliação Bens Móveis nº 006/SUPER/SEFIN/2019, disponibilizado no site: [HTTP://www.contabilidade.ro.gov.br/roteiros/](http://www.contabilidade.ro.gov.br/roteiros/).

#### **NOTA 6: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, assim como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento a curto prazo.

<b>Conta</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
21110000000 - Pessoal a Pagar	57.566,88	18.309,13
21140000000 - Encargos Sociais a Pagar	1.225,94	0,00
<b>Total</b>	<b>58.792,82</b>	<b>18.309,13</b>

Fonte: SIGEF/RO

Na conta Pessoal a Pagar o valor de R\$ 18.309,13 corresponde a reembolso de cessão de servidor cedido da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

#### **NOTA 9: FORNECEDORES A CURTO PRAZO**

Nesta conta estão agrupadas as obrigações a pagar por bens e serviços adquiridos e a despesa processada para manutenção das atividades da FAPERRO.

<b>Conta</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
21310000000 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	183.319,26	1.284.404,00
<b>Total</b>	<b>183.319,26</b>	<b>1.284.404,00</b>

Fonte: SIGEF/RO

#### **NOTA 10: DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**

Compreendem as retenções de consignações de folha de pagamentos e PP devolvidas pelo banco, conforme demonstrado no quadro demonstrativo a seguir:

<b>Conta</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
21881049910 - PP Devolvida pelo Banco	1.920,00	22.835,99
21881049999 - Depósitos de Diversas Origens - DDO	0,00	2.454.348,22
21882010100 - RPPS - Retenções sobre Vencimentos	447,45	0,00
21882010400 - Imposto sobre a Renta Retido na Fonte	0,00	928,14
<b>Total</b>	<b>2.367,45</b>	<b>2.478.112,35</b>

Fonte: SIGEF/RO

**Maria Dionéia N. da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERRO

CRC-RO 004085/O-0

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERO

Protocolo 0046617386

**BALANÇO****ESTADO DE RONDÔNIA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**  
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.338.851,19	253.783,80
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	12.162.896,53	9.331.164,45
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	17.167,28
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	145.353,00	427.099,16
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>13.647.100,72</b>	<b>10.029.214,69</b>

## ESTADO DE RONDÔNIA

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E

## TECNOLOGICAS E A PE

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
PESSOAL E ENCARGOS	1.775.951,49	1.852.063,77
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.796,68	5.671,65
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	378.558,68	187.354,36
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.788.684,01	2.842.247,88
TRIBUTÁRIAS	567,61	220,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.805.763,54	924.901,70
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>9.755.322,01</b>	<b>5.812.459,69</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)</b>	<b>3.891.778,71</b>	<b>4.216.755,00</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:46 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página 2 de 2

**NOTAS EXPLICATIVAS - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15 DA LEI FEDERAL 4.320/64**

As Demonstrações das Variações Patrimoniais de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

**NOTA 1: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS**

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) estão representadas sinteticamente, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1:

Descrição das VPAs	31/12/2022	31/12/2023
44511000000 - Remuneração de Depósitos Bancários	253.783,80	1.338.851,19
45112020000 - Repasse Recebido	5.865.733,30	11.419.423,69
45112200000 - Transferências Recebidas	3.042.331,51	250.155,29
45243000000 - Outras Transferências - INTER OFSS - UNIÃO	239.269,97	440.000,00
45811000000 - Transferência de Pessoas Físicas	183.829,67	53.317,55
46391990000 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	17.167,28	-
49960000000 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	427.099,16	145.353,00
<b>Total</b>	<b>10.029.214,69</b>	<b>13.647.100,72</b>

Fonte: SIGEF/RO

O valor representativo no grupo de Remuneração de Depósitos Bancários que finalizou o exercício com saldo de R\$ 1.338.851,19 ocorreu pela regularização da conta referente ao centro de custo de cartão BB Pesquisa.

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais significativas estão no grupo Transferências e Delegações Recebidas que se refere aos repasses financeiros recebidos do Tesouro Estadual para a execução orçamentária.

Tabela 2

Descrição das VPDs	31/12/2022	31/12/2023
31111010000 - Vencimento e Vantagens Fixas	1.414.482,98	1.342.821,66
31111020000 - Outras Despesas Variáveis	229.809,52	160.966,55
31121000000 - Remuneração a Pessoa Ativo Civil (13º Salário)	-	43.268,29
31200000000 - Encargos Sociais	207.771,27	228.894,99
32911000000 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.671,65	5.796,68
33000000000 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	187.354,36	378.558,68
35000000000 - Transferências e Delegações Concedidas	2.842.247,88	4.788.684,01
37000000000 - Tributárias	220,33	567,61
39000000000 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	924.901,70	2.805.763,54
<b>Total</b>	<b>5.812.459,69</b>	<b>9.755.322,01</b>

Fonte: SIGEF/RO

As variações Patrimoniais Diminutivas mais relevantes referem-se a despesas com Transferências e Delegações Concedidas que representam 49,08% do Total das VPDs, seguido de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas que representam 28,76%, que compreendem concessão de bolsas, fomento a projetos de pesquisas dentre outros.

As Transferências e Delegações Concedidas apesar de apresentarem um valor considerável, se referem em sua maioria a regularizações orçamentárias de folha de pagamento, movimento de fundos a crédito - saldos financeiros devolvidos para a conta única, dentre outras que ocorreram no exercício.

#### NOTA 2: RESULTADO PATRIMONIAL

A Demonstração das Variações Patrimoniais Quantitativas apresentou ao final do exercício o resultado patrimonial superavitário na ordem de R\$ 3.891.778,71 (Três milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos), transposto para o Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido.

#### **Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERO

CRC-RO 0004085/O-O

#### **Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERO

Protocolo 0046618099

---

### BALANÇO

## ESTADO DE RONDÔNIA

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE**  
**Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Período: Janeiro a Dezembro de 2023**

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>19.892.867,92</b>	<b>13.324.830,26</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	1.338.851,19	253.783,80
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145.353,00	427.099,16
Transferências recebidas	12.159.420,89	9.331.164,45
Outros ingressos operacionais	6.249.242,84	3.312.782,85
<b>Desembolsos</b>	<b>14.418.995,70</b>	<b>13.419.988,89</b>
Pessoal e demais despesas	7.038.006,61	7.124.153,55
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	3.607.491,15	2.810.396,45
Outros desembolsos operacionais	3.773.497,94	3.485.438,89
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>5.473.872,22</b>	<b>(95.158,63)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>348.155,99</b>	<b>1.556.610,23</b>
Aquisição de ativo não circulante	148.155,99	276.580,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	200.000,00	1.280.030,23
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)</b>	<b>(348.155,99)</b>	<b>(1.556.610,23)</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:59 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página: 1 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE  
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>	<b>5.125.716,23</b>	<b>(1.651.768,86)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.964.999,00	4.616.767,86
Caixa e Equivalente de Caixa Final	8.090.715,23	2.964.999,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## ESTADO DE RONDÔNIA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E

## TECNOLOGICAS E A PE

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

## QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	440.000,00	239.269,97
da União	440.000,00	239.269,97
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	11.666.103,34	8.908.064,81
Outras transferências recebidas	53.317,55	183.829,67
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>12.159.420,89</b>	<b>9.331.164,45</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	3.607.491,15	2.810.396,45
Outras transferências concedidas	-	-
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>3.607.491,15</b>	<b>2.810.396,45</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:59 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página: 3 de 5

**ESTADO DE RONDÔNIA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E****TECNOLOGICAS E A PE**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	28.800,00	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	667.320,00	-
Ciência e Tecnologia	6.341.886,61	7.124.153,55
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
<b>TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>	<b>7.038.006,61</b>	<b>7.124.153,55</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:59 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página: 4 de 5

## ESTADO DE RONDÔNIA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E

## TECNOLOGICAS E A PE

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

## QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/02/2024 às 09:59 por Maria Dioneia Nogueira Da Silva Oliveira

Página: 5 de 5

## NOTAS EXPLICATIVAS - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Anexo 18 da Lei 4.320/64

## NOTA 1: FLUXO OPERACIONAL - INGRESSOS E DESEMBOLSOS

A Demonstração de Fluxos de Caixa do Estado de Rondônia, permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Para melhor compreensão dos fluxos de caixa será utilizada a técnica de análise vertical para esclarecer quais itens têm maior representatividade dentro de cada fluxo, conforme tabelas a seguir

## - Fluxo Operacional

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da média do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Ao analisar a tabela 1 é possível verificar que as transferências recebidas foi a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 61,12% do total dos ingressos, seguido de outros ingressos operacionais.

A conta outros ingressos operacionais é composta de valores relativos em sua maioria a regularizações orçamentárias de folha de pagamento, consignações, regularizações de pagamentos devolvido pelo banco (PP) - movimento a crédito. Por outro lado, a conta outros desembolsos operacionais refere-se a movimentos a débito da conta outros ingressos operacionais.

Tabela 1: Fluxo Operacional - Ingressos

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor (R\$)	AV (%)
<b>Ingressos</b>	<b>19.892.867,92</b>	<b>100,00</b>

Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	1.338.851,19	6,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145.353,00	0,73
Transferências recebidas	12.159.420,89	61,12
Outros Ingressos Operacionais	6.249.242,84	31,41

Fonte: SIGEF/RO.

Em relação aos desembolsos, o gasto com pessoal representou 48,81% do total dos desembolsos, conforme Tabela 2:

Tabela 2: Fluxo Operacional - Desembolsos

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>AV (%)</b>
<b>Desembolso</b>	<b>14.418.995,70</b>	<b>100,00</b>
Pessoal e demais despesas	7.038.006,61	48,81
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	3.607.491,15	25,02
Outros desembolsos operacionais	3.773.497,94	26,17

Fonte: SIGEF/RO

- Geração Líquida - Atividades Operacionais:



O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo na ordem de R\$ 5.473.872,22 (Cinco milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos).

## NOTA 2: FLUXO DE INVESTIMENTO - INGRESSOS E DESEMBOLSOS

Evidenciam as atividades de venda e aquisições de bens, recebimentos e concessão de empréstimos, assim como de outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e desembolsos em demais investimentos realizados durante o ano.

No exercício de 2023 a entidade não apresentou ingressos de investimento, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Quadro dos ingressos de investimento

<b>Ingressos</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>AV (%)</b>
Alienação de bens	-	-

Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
<b>Total</b>	-	-

Fonte: SIGEF/RO

Já no quadro “Desembolso de investimento”, houve uma diferença de 14,89% entre o item aquisição de ativo não circulante com 42,55% e outros desembolsos de investimento com 57,45%.

A conta “Outros Desempenho de Investimento” demonstra a concessão de auxílio financeiro a pesquisador (capital) para desenvolvimento de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.

Tabela 4: Quadro dos desembolsos de investimento

<b>Desembolsos</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>AV (%)</b>
Aquisição de ativo não circulante	148.155,99	42,55
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimento	200.000,00	57,45
<b>Total</b>	<b>348.155,99</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIGEF/RO

- Geração Líquida - Atividades Investimentos



O resultado do fluxo das atividades de investimento foi negativo em R\$ -348.155,99.

### NOTA 3: FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - INGRESSOS E DESEMBOLSOS

No exercício de 2023, o órgão não apresentou resultados no Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento.

### NOTA 4: GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior, conforme demonstrado nas tabelas seguintes:

Tabela 5 R\$

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
Atividades Operacionais	- 95.158,63	5.473.872,22
Atividades de Investimento	- 1.556.610,23	- 348.155,99
Atividades de Financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>- 1.651.768,86</b>	<b>5.125.716,23</b>

Fonte: SIGEF/RO

Tabela 6 R\$

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
------------------	-------------------	-------------------

Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (I)	4.616.767,86	2.964.999,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (II)	2.964.999,00	8.090.715,23
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa = (II - I)	- 1.651.768,86	5.125.716,23

Fonte: SIGEF

O resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentou saldo positivo na ordem de R\$ 5.125.716,23, que corresponde ao apurado no Balanço Financeiro e à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalente de Caixa. O resultado apresentado na Geração Líquida de Caixa no exercício de 2023 variou o montante de R\$ 3.473.947,37 em relação ao exercício anterior.

O saldo da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa Final confere com o saldo do Balanço Patrimonial do exercício.

**Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERO

CRC-RO 0004085/O-O

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERO

Protocolo 0046618199

**BALANÇO****ESTADO DE RONDÔNIA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO  
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E A PE  
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64  
Exercício de 2023**

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							59.648,18	12.582.127,49	12.641.775,67
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	68.270,65	-	68.270,65
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	3.891.778,71	-	3.891.778,71
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-59.648,18	-	-	-59.648,18
Dividendos a distribuir (R\$ . . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							16.542.176,85		16.542.176,85

**NOTAS EXPLICATIVAS - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Anexo 19 da Lei 4.320/64**

As demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade.

**NOTA 1: VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO**

O Patrimônio Líquido da FAPERÓ variou negativamente no exercício de 2023, no montante de R\$ 59.648,18 saindo de R\$ 12.641.775,67 para R\$ 12.582.127,49.

As mudanças ocorridas no patrimônio foram decorrentes das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 59.648,18, referente a desincorporação de reserva de reavaliação total, em conformidade com o Ofício nº 588/2023 - Processo Sei nº 0088.001106/2023-11.

Porto Velho-RO, em 01 de março de 2024.

**Maria Dionéia Nogueira da Silva Oliveira**

Gerente DAF/FAPERÓ

CRC/RO 004085/O-0

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERÓ

Protocolo 0046618665

**AVISO  
AVISO DE ADESÃO ATA**

O Presidente da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia, torna público a quem possa interessar, segundo os termos do art. 22, Decreto nº 7.892/2013, nos autos do Processo Administrativo nº 0012.000086/2024-17, que foi considerada Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 23/2024/SUPEL-RO (0045925756), elaborada no Edital Pregão Eletrônico 139/2023/SUPEL/RO (0046283593), objetivando a aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, através da Adesão de Ata de Registro de Preços Nº 23/2024/SUPEL-RO (0045925756), para atender a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ, no valor de estimado de **R\$139.830,00 (cento e trinta e nove mil oitocentos e trinta reais)**, em favor da **R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA** portadora do CNPJ nº 06.955.770/0001-74, conforme Parecer Referencial 575/2021/PGE-PA (Id 0039227107) e Parecer nº 7/2023/FAPERÓ-PJ (Id 0039272812) acostado aos autos em epígrafe.

Porto Velho - RO, em 07 de março de 2024.

**Paulo Renato Haddad**

Presidente/FAPERÓ

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO a despesa no valor estimado de estimado de **R\$139.830,00 (cento e trinta e nove mil oitocentos e trinta reais)** com base no Parecer Referencial 575/2021/PGE-PA (Id 0039227107) e Parecer nº 7/2023/FAPERÓ-PJ (ID. 0039272812), conforme disposto no artigo 15, inciso II e §§ 1º a 6º da Lei nº 8.666/93.

Porto Velho - RO, em 07 de março de 2024.